

RECLAMAÇÃO Nº 37.338 - SP (2019/0031738-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECLAMANTE : ASSOCIACAO DOS MORADORES E PROPRIETARIOS DO
RESIDENCIAL PORTAL DA SERRA
ADVOGADO : ADRIANO JUNIOR JACINTHO DE OLIVEIRA - SP0214442
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JOAO BATISTA DE OLIVEIRA
INTERES. : DARLI RIBEIRO

EMENTA

RECLAMAÇÃO. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. COBRANÇA DE TAXA DE MANUTENÇÃO DE ASSOCIADO QUE NÃO ANUIU. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO. TEMA 882. AUSÊNCIA DE *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA*. PEDIDO LIMINAR INDEFERIDO.

DECISÃO

Na origem, o agravo interno interposto pela Associação dos Moradores e Proprietários do Residencial Portal da Serra contra decisão que negou seguimento a recurso especial, em razão da orientação estabelecida pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento dos recursos repetitivos n. 1.280.871/SP e 1.439.163/SP, foi improvido nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 31):

AGRAVO INTERNO. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES. COBRANÇA DE TAXA DE MANUTENÇÃO DE NÃO ASSOCIADO OU DAQUELES QUE A ELA NÃO ANUÍRAM. INADMISSIBILIDADE (TEMA 882). AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESACERTO DA APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO ESTABELECIDO PELO STJ EM JULGAMENTO REPETITIVO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Por intermédio da presente reclamação, ajuizada com fundamento no art. 1.030, I, *b*, Código de Processo Civil/2015, a associação/requerente afirma não haver similitude fática entre a decisão colegiada e a tese firmada na demanda de recurso repetitivo (*distinguishing*), pois evidenciada a inexistência de serviços prestados e a impossibilidade de se acatar a tese do enriquecimento sem causa.

Assevera, ainda, que "o próprio TJSP, mesmo após o advento do precedente do STJ em recursos repetitivos invocado pelo r. acórdão impugnado (tema

882) e, inclusive, levando em conta este e envolvendo a mesma associação recorrente, tem decidido pela compatibilidade do princípio do enriquecimento sem causa com o princípio da liberdade de associação" (e-STJ, fl. 11).

Brevemente relatado, decido.

Para o deferimento do pedido de suspensão dos efeitos da decisão exarada pela autoridade reclamada, imprescindível a demonstração conjugada dos dois requisitos autorizadores de sua concessão, quais sejam, o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

No caso, a ora reclamante interpôs agravo interno contra a decisão da Presidência do TJSP que negou seguimento ao recurso especial, ao fundamento de que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a orientação firmada pelo STJ no julgamento dos REsp's n. 1.280.871/SP e 1.439.163/SP, submetidos ao rito dos recursos repetitivos.

Todavia, o agravo interno foi desprovido pela Câmara Especial de Presidentes daquele Tribunal sob a consideração de que "o Superior Tribunal de Justiça decidiu que as taxas de manutenção criadas por associações de moradores não obrigam os não associados ou os que a elas não anuíram. Neste contexto, o acórdão recorrido está em perfeita sintonia com a orientação superior, ao concluir pela impossibilidade de cobrança de taxas de associação de adquirentes de imóveis não-associados ou que a elas não anuíram" (e-STJ, fl. 32).

Assim, em análise perfunctória da matéria, e sem vinculação ao juízo de mérito a ser feito oportunamente, constato que a requerente não demonstrou a plausibilidade do direito invocado correspondente à probabilidade de êxito da reclamação.

Do mesmo modo, não há a indicação de nenhum ato concreto que comprove a existência do *periculum in mora*, requisito, também, indispensável à concessão da medida ora vindicada.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Nos termos do art. 989 do CPC/2015: a) oficie-se a autoridade reclamada para que preste informações; e b) cite-se o beneficiário da decisão impugnada para, caso

queira, apresentar contestação.

Após, vista ao Ministério Público.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

